



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Versa sobre a aferição da legalidade da mensagem de veto nº 1, de 1º de fevereiro de 2018.

(Mensagem de veto nº 01 do Executivo)

Em análise, mensagem de veto ao Autógrafo nº 001/18, que aponta inconstitucionalidade no §2º e nos incisos III e IV do § 3º, todos do art. 9º.

Logo de início é importante esclarecer que o projeto de lei que gerou o autógrafo objeto do veto foi aprovado em sessão extraordinária, motivo pelo qual a matéria não passou pelo crivo dessa comissão antes de ser submetido ao plenário, de modo que essa é a primeira vez que a comissão manifesta sobre a constitucionalidade da matéria.

As razões do veto estampa-se no fato da matéria criar despesas que o executivo não tem intenção de arcar, bem como pelo fato de ser o executivo o único detentor do direito de dispor sobre estruturação, atribuição e funcionamento dos órgãos da administração municipal.

Do ponto de vista formal, a Comissão de Justiça e Redação concorda com a inconstitucionalidade apontada pelo chefe do poder executivo, já que mesmo que seja apenas para adquirir equipamentos e periféricos de informática, o artigo em questão cria despesa para o executivo, o que é vedado pelo nosso ordenamento jurídico.

Nesse sentido já se posicionou o STF, vejamos:

Processo legislativo da União: observância compulsória pelos Estados de seus princípios básicos, por sua implicação com o princípio fundamental da separação e independência dos Poderes: jurisprudência do Supremo Tribunal.



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

*Processo legislativo: emenda de origem parlamentar a projeto de iniciativa reservada a outro poder: inconstitucionalidade, quando da alteração resulte aumento da despesa consequente ao projeto inicial (...).[ADI 774, rel. min. Sepúlveda Pertence, j. 10-12-1998, P, DJ de 26-2-1999.] = **RE 745.811 RG**, rel. min. Gilmar Mendes, j. 17-10-2013, P, DJE de 6-11-2013, Tema 686.*

Logo, razão assiste ao chefe do executivo, motivo pelo qual deve ser reconhecida a inconstitucionalidade das normas eivadas de inconstitucionalidade através da aprovação do voto em plenário.

Diante do exposto, a Comissão de Justiça e Redação entende que existe vício de constitucionalidade no §2º, bem como nos incisos III e IV do § 3º, todos do art. 9º, razão pela qual posiciona-se pela manutenção do veto pelo plenário da câmara municipal.

Formosa, 20 de fevereiro de 2018

Presidente

Vice-Presidente

Relator



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA
